

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora
Ano 2020

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS



DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas ciências humanas

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

S115 Saberes tradicionais e conhecimentos científicos nas
ciências humanas 1 [recurso eletrônico] /
Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do
Espírito Santo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-304-0

DOI 10.22533/at.ed.040201908

1. Antropologia. 2. Ciências humanas. 3. Etnologia. I.
Pereira, Denise. II. Espírito Santo, Janaína de Paula do.

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Uma tradição, normalmente, pode ser definido como aquilo que se faz por hábito, um legado passado de uma geração para outra. Embora o historiador Hobsbawm tenha chamado atenção em uma obra bastante reconhecida entre historiadores de que as tradições, de maneira geral consistem em retomar “passado histórico apropriado”, em que o senso de continuidade ocupa um valor e uma necessidade centrais, e que, para isso, muitas vezes os diferentes grupos se constituem em torno de falsas noções de continuidade, ou seja, as tradições, podem, muitas vezes serem inventadas, a expressão saberes tradicionais traz consigo um elemento mais amplo do que a noção de continuidade a que nos referíamos acima.

Usualmente, a ideia de saber tradicional é usada para marcar um conjunto de noções e práticas que permeiam as sociedades e grupos e são ligadas, por exemplo, ao reconhecimento de propriedades de plantas, consensos e práticas sociais comuns, valores norteadores que parecem pertencer a uma realidade atemporal, ou seja, estiveram sempre presentes e são reconhecidas por um grande número de pessoas sem ter passado pelo espaço de “validação científica”, que nesse caso, significaria o crivo do método usado pela ciência para chegar em suas conclusões. Isso não significa, que, nos dias atuais não se possa falar de uma espécie de «terreno comum» em que se estabelece um diálogo, uma espécie de entendimento entre as esferas do conhecimento tradicional e do conhecimento contemporâneo, técnico e científico.

Essa troca existe, e é bastante presente, ainda que, nem sempre, essas esferas sejam consideradas de maneira equivalente, uma vez que a “ciência” acaba prevalecendo. Em ciências humanas, nos últimos anos, esse debate se fez cada vez mais presente, dado que o registro, o resgate e o entendimento desses saberes tradicionais sempre esteve na pauta, de uma maneira ou de outra, de seu campo de pesquisa. Nesse caso, o sentido de incompatibilidade não se faz tão presente como em outras tradições científicas. Ainda assim, tem se construído cada vez mais o entendimento de que esse resgate e a ideia de que os saberes tradicionais devam ser pesquisados e referidos, junto com eles chama-se a atenção para que os valores de justiça social, participação popular e sustentabilidade estejam sempre presentes e cada vez mais na pauta do processo de construção dos saberes. Assim, para além de base e fonte, se entende, nas ciências humanas, que há que se dar voz ao saber tradicional, e que o diálogo deste com o conhecimento científico constitui-se enquanto riqueza e multidimensionalidade do mesmo.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

Janaína de Paula do E. Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A MOBILIZAÇÃO DE PAIS E RESPONSÁVEIS PARA PARTICIPAÇÃO EFETIVA NOS CONSELHOS ESCOLARES	
Débora Paula Martins da Silva Lenise Patricia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0402019081	
CAPÍTULO 2	7
A PSICOPEDAGOGIA E A NEUROPSICOPEDAGOGIA NA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DA APRENDIZAGEM COMO FERRAMENTA NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES	
Nivaldo Emídio Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.0402019082	
CAPÍTULO 3	16
BEM-ESTAR E MAL-ESTAR DOCENTE: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS PUBLICADAS ENTRE 2015 E 2018	
Karolina da Silva Riquelme Flavinês Rebolo	
DOI 10.22533/at.ed.0402019083	
CAPÍTULO 4	27
EDITH STEIN: UMA ANTROPOLOGIA INTEGRAL COMO FUNDAMENTO PEDAGÓGICO	
Vitor Vinícios da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0402019084	
CAPÍTULO 5	36
ESCREVENDO A DANÇA: MEMÓRIA, ARTE, ENSINO E CIÊNCIA	
Ana Lígia Trindade Patrícia Kayser Vargas Mangan	
DOI 10.22533/at.ed.0402019085	
CAPÍTULO 6	42
FILOSOFIA: QUEM É A MULHER NESSE CONTEXTO?	
Brasilina Bento da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.0402019086	

CAPÍTULO 7.....	53
FORMAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: O QUE PENSAM OS FUTUROS PROFESSORES?	
Janaina de Azevedo Corenza	
DOI 10.22533/at.ed.0402019087	
CAPÍTULO 8.....	65
LEITURA NA ESCOLA: UM ESTUDO COMPARATIVO	
Rosely Ribeiro Lima	
Valéria Ribeiro Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0402019088	
CAPÍTULO 9.....	74
MUSEU E ESCOLA, CONSTRUÇÃO COLETIVA PARA A PERMANÊNCIA DA MEMÓRIA, COM ÊNFASE NA FUNÇÃO DO OBJETO MUSEAL	
Maria Augusta de Castilho	
Maria Christina de Lima Félix Santos	
Melly Fátima Góes Sena	
DOI 10.22533/at.ed.0402019089	
CAPÍTULO 10.....	85
O CONCEITO DE IMAGINAÇÃO EM VIGOTSKI	
Thais de Sá Gomes Novaes	
Letícia Maria Montoia Gonçalves	
Letícia Busquim Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.04020190810	
CAPÍTULO 11.....	91
PEDAGOGIAS QUE CURAM COM OS/AS PESCADORES/AS ARTESANAIS DE ITAPISSUMA	
Talita Maria Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.04020190811	
CAPÍTULO 12.....	102
POLÍTICAS EDUCACIONAIS E OS PRESSUPOSTOS DE STEPHEN BALL	
Taiani Vicentini	
Adolfo Ramos Lamar	
DOI 10.22533/at.ed.04020190812	

CAPÍTULO 13.....	110
VOZES EM DISPUTA: EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E PARTICIPAÇÃO	
Suelen Alves dos Santos	
Leônidas Daniel Paulino	
DOI 10.22533/at.ed.04020190813	
SOBRE AS ORGANIZADORAS.....	122
ÍNDICE REMISSIVO.....	123

CAPÍTULO 7

FORMAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: O QUE PENSAM OS FUTUROS PROFESSORES?

Data de aceite: 01/08/2020

Data de submissão: 24/04/2020

Janaina de Azevedo Corenza

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do RJ
Nilópolis - Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/9342334368564703>

RESUMO: Este artigo abarca dois cursos de Pedagogia ofertados em instituições públicas no Estado do Rio de Janeiro. Busca provocar o debate sobre a aprendizagem da Lei 10.639/2003 que altera os Artigos 26, 26 A e 79 B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) para incluir no currículo oficial das redes públicas e privadas de ensino a obrigatoriedade do estudo da História e da Cultura da África e dos Africanos e seus desdobramentos. O problema da pesquisa está pautado na investigação dos discursos dos estudantes que cursaram uma disciplina obrigatória sobre questões raciais e educação e no discurso dos que não a cursaram. Como resultado a pesquisa aponta que mesmo com uma disciplina de caráter obrigatório ainda é necessário avançar nos conteúdos, nas discussões e nas aprendizagens sobre o tema. Na análise comparada entre os discursos dos estudantes não localizamos diferenças significativas sobre os conhecimentos adquiridos sobre questões que envolvem as relações étnico raciais e educação e a futura atuação como docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente, Pedagogia, Lei 10.639/2003.

TRAINING FOR ETHNIC RACIAL RELATIONSHIPS: WHAT DO FUTURE TEACHERS THINK?

ABSTRACT: This article covers two Pedagogy courses offered at public institutions in the State of Rio de Janeiro. It seeks to provoke the debate on the learning of Law 10.639 / 2003 that amends Articles 26, 26 A and 79 B of the Law of Directives and Bases of National Education (LDBEN) to include in the official curriculum of public and private education networks the mandatory study of the History and Culture of Africa and Africans and their consequences. The research problem is based on the investigation of the speeches of students who took a mandatory subject on racial issues and education and in the discourse of those who did not take it. As a result, the research points out that even with a mandatory subject, it is still necessary to advance the content, discussions and learning about the theme. In the comparative analysis between the students' speeches, we did not find significant differences on the knowledge acquired on issues involving ethnic racial relations and education and future performance as teachers.

KEYWORDS: Teacher training, Pedagogy, Law 10.639 / 2003.

1 | INTRODUÇÃO

A discussão deste trabalho trata sobre as aprendizagens a respeito dos Artigos 26, 26 A e 79 B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que inclui no currículo oficial das redes públicas e privadas de ensino a obrigatoriedade do estudo da História e da Cultura da África e dos Africanos. Tivemos como fonte de informação

cursos de Pedagogia ofertados em instituições públicas no Estado do Rio de Janeiro. A importância deste debate é o reconhecimento da implementação de uma Lei que ainda não é trabalhada em todos os cursos de Pedagogia, negando aos futuros professores, as ferramentas necessárias para atuação na escola de educação básica. Buscamos também com esta pesquisa colaborar nas discussões sobre a importância da referida legislação nos cursos de formação inicial. A escolha do curso de Pedagogia se justifica pelo fato do futuro profissional poder exercer funções de magistério e de gestão na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, tendo portanto um caráter de fundamental importância na educação básica.

Apresentaremos alguns itens identificados nos discursos dos estudantes, envolvendo os que cursaram uma disciplina obrigatória sobre questões étnico raciais e educação comparados com os que não a cursaram. Para tal buscamos em alguns autores nossos referenciais teóricos para as análises feitas posteriormente. Silva (2013) nos leva a pensar nas teorias do currículo de forma a permitir a reflexão com base no desenvolvimento de critérios de seleção de saberes que devem ser ensinados e por que estes, e não outros conhecimentos são definidos como os adequados à aprendizagem. É possível, a partir desta perspectiva, questionar, considerando nosso objeto de estudo, quais conhecimentos, a respeito das questões das relações raciais são desvalorizados e desconsiderados e quais outros são preservados historicamente na formação inicial de professores.

Já Sacristan (2000) define currículo não como um conceito, mas sim como uma construção cultural, um modo a organizar uma série de práticas educativas. Define currículo como um projeto ou plano educativo composto de diferentes aspectos, experiências e conteúdos.

A respeito de uma formação voltada para a discussão das possibilidades de articulação de uma pesquisa multicultural ao componente de pesquisa na formação de professores, Canen e Xavier (2005) contribuem com a preocupação em formar professores para atuarem em contextos multiculturais. Afirmam que é algo presente mundialmente, não se restringindo ao Brasil. Esta preocupação visa a valorização da pluralidade cultural e o desafio de romper com estereótipos e preconceitos a ela relacionadas.

Canen (2008) faz uma análise do potencial desta pesquisa para a discussão da diversidade e das diferenças. Argumenta que a compreensão da pesquisa como fenômeno multicultural pode contribuir para efetivamente tomar a articulação ensino/pesquisa mais impactante na formação de professores (CANEN, 2008, p. 299). Isto significa que o futuro professor pode se considerar como portador de uma identidade cultural, étnica, religiosa, de gênero, etc. e que sua pesquisa sofre a influência de sua história de vida.

Gonçalves e Silva (2000) discorrem a respeito do contexto histórico sobre a implementação da Lei 10.639/2003 para uma melhor compreensão do seu trajeto até a aprovação legal. O estudo colabora para um melhor entendimento das lutas travadas, principalmente pelo Movimento Negro, e das questões de ordem governamentais ignoradas e abandonadas ao longo da história do Brasil, a respeito da educação. Este conhecimento histórico contribui para o entendimento da não aplicação da Lei na formação inicial de professores.

Dando continuidade as reflexões apresentadas, Munanga e Gomes (2006), Teixeira (1992) e Barbosa e Silva (2001) tratam especificamente sobre os conceitos que perpassam por esta pesquisa de forma indireta, mas que se fizeram claras quando as entrevistas foram desenvolvidas.

Gomes (2012), nos chama a atenção para o fato da imagem de vivermos em um “paraíso racial”, é algo forjado ideologicamente, e que foi reforçada das formas mais variadas e tornou-se muito aceita pela população brasileira. Através de vários mecanismos ideológicos, políticos e simbólicos, ela foi introjetada (e ainda é) pelos negros, índios, brancos e outros grupos étnico-raciais brasileiros (GOMES, 2012, p. 59). A escola pode ser um importante mecanismo de mudança neste cenário posto. Não silenciar os preconceitos vivenciados no ambiente escolar, construir práticas que evidenciem saberes e que valorizem a promoção da igualdade racial, assim como o ensino das histórias e culturas afro e afro brasileiras são caminhos a serem trilhados em prol do cumprimento da Lei 10.639/2003.

Para colaborar nas questões curriculares, unidas aos debates sobre as relações raciais, Francisco Thiago Silva (2014) discute a importância da inserção da temática da educação das relações étnico raciais nos currículos dos cursos de formação de professores. Considera que algumas ações políticas e pedagógicas se fazem urgentes na busca por um currículo antirracista e pela construção de uma sociedade mais justa racialmente. Aponta como encaminhamentos o desenvolvimento crítico dos formadores de formadores, propondo pesquisas que desconstruam ideias equivocadas a respeito da história e cultura afro-brasileira, o investimento na reformulação de currículos e programas das licenciaturas e na aquisição de materiais didáticos a respeito do tema.

2 | O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Iniciamos a pesquisa a partir de uma revisão de literatura com os estudos sobre o tema das relações étnico raciais nos cursos de formação inicial para que pudéssemos conhecer as discussões que abarcam esta problemática ao longo dos últimos anos. Foram demarcados os estudos a partir do ano de 2003. Este marco se refere ao ano da homologação e implementação da Lei 10.639.

Em seguida dialogamos com os autores que foram a base das principais pesquisas encontradas, tendo como temas centrais as relações étnico raciais, o currículo e a formação de professores. Estes estudos contribuíram para a definição do nosso referencial teórico e também para a elaboração das categorias de análise.

Alguns documentos oficiais da legislação brasileira que tratam das questões das relações étnico raciais e a educação, e que regulamentam as ações propostas, foram fontes de informação para a pesquisa e também colaboraram para o fortalecimento das questões elaboradas para a realização das entrevistas. Destacamos as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Pedagogia; o Parecer 003/2004 do Conselho Nacional de Educação e Resolução nº 1 de 2004; as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Após o estudo dos documentos oficiais da nossa legislação, concretizado, seguimos para a etapa da escolha das instituições para comporem a pesquisa. Iniciamos a coleta de dados nas páginas virtuais oficiais das instituições públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro que ofertam o curso de Pedagogia. Estudamos os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), com foco nas disciplinas e no estudo das ementas que tratavam da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos. A escolha por instituições públicas se deu pelo

reconhecimento que estas têm socialmente, ou seja, são instituições reconhecidas como formadoras de excelência. A partir de critérios previamente elaborados (localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro, com oferta de curso noturno e pertencentes a mesma mantenedora) definimos duas instituições sendo uma com oferta do curso cujo currículo tem pelo menos uma disciplina de caráter obrigatório que trata da Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos outro que não tem tal obrigatoriedade. Em seguida, fizemos o contato com as duas coordenações dos cursos de Pedagogia. A partir dos contatos e após o retorno do convite para a participação na pesquisa via endereço eletrônico identificamos os estudantes que se prontificaram a colaborar. Os sujeitos da pesquisa foram dezesseis estudantes que estavam no último período do curso, sendo oito de cada instituição. O presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso, podendo seus resultados serem generalizados para outras realidades que tenham este perfil de formação.

A seguir trazemos as análises feitas a partir das entrevistas semi estruturadas realizadas em busca da identificação das aprendizagens adquiridas sobre a referida legislação e seus desdobramentos. Com o propósito de comparação, nomeamos de Instituição A aquela que não oferta disciplinas de caráter obrigatório que trata das questões étnico raciais e educação e de Instituição B a traz em seu currículo, tal obrigatoriedade.

3 | OS RESULTADOS

Apresentaremos os resultados e faremos discussões a partir das entrevistas realizadas com estudantes das duas instituições pesquisadas. A entrevista foi composta de dezenove perguntas e a apresentação de dois casos de racismo em escolas de educação básica, aos quais os informantes apresentaram suas considerações. As perguntas da entrevista foram elaboradas a partir de critérios¹ estabelecidos. A análise levou em conta os depoimentos dos participantes da pesquisa, que foram nossa principal fonte de informações.

Buscamos identificar, nos relatos, os fragmentos que mostram a existência de discursos que revelam concepções teórico-práticas mais elaboradas em relação a saberes e aprendizagens que envolvem a Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos. O estudo buscou analisar as diferenças e semelhanças nas falas dos entrevistados das duas instituições de ensino.

Iniciamos com os conhecimentos sobre a existência da Lei 10.639/2003. Os sujeitos entrevistados nas instituições A e B trouxeram um discurso que evidencia conhecimentos diversos sobre a legislação. Destacamos que os entrevistados tiveram contato com a Lei no curso de formação inicial, mesmo não sendo em uma disciplina específica sobre a mesma. Este fato é refletido nos relatos de ambas as instituições, visto que a Instituição A não tem uma disciplina obrigatória, mas há depoimentos do trato da Lei em outras disciplinas. Na Instituição B, embora haja uma disciplina específica sobre o tema, também houve relatos da presença do debate em outras. Foram citadas pelos estudantes, a Sociologia, Antropologia, História da Educação, Currículo, dentre outras.

1. Os critérios foram: "Currículo": 1) conhecimentos sobre a Lei 10.639/2003 no currículo da Pedagogia; 2) conhecimentos sobre a História e a cultura africana e afro-brasileira no currículo da Pedagogia. "Formação de professores e relações raciais": 3) conhecimentos sobre os impactos da Lei na escola de educação básica; 4) conhecimentos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; 5) participação em eventos sobre relações raciais durante a formação inicial. "Questões raciais": 6) capacidade/confiança de lidar com questões raciais em sala de aula.

Durante a análise verificamos que as disciplinas citadas não trazem em suas ementas, a Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos. Evidenciamos nestes relatos que a questão das relações étnico raciais ainda é algo subjetivo, ou seja, a escolha, por parte do professor em trabalhar com a problemática pode perpassar por interesses próprios pelo tema, deixando de ser uma questão institucional.

Sobre os conhecimentos adquiridos pelos estudantes a respeito da história e cultura africana, afro brasileira e/ou de conceitos que envolvem relações raciais no currículo da Pedagogia, identificamos que oito, dos dezesseis entrevistados demonstraram em suas falas que detém algumas das informações adquiridas não especificamente sobre a história da África ou da cultura africana e afro brasileiras, mas que participaram de debates nas aulas sobre temas que atravessam as questões étnico raciais e educação, e que nestes ambientes, segundo seus relatos, construíram conhecimentos. A crítica à imagem do negro escravizado e a ênfase no período da escravidão como conteúdos trabalhados na escola de educação básica, o contraponto com a religião e a cultura africana, as cotas raciais e a defesa da importância do “respeito” às diferenças, apareceram nas falas de forma recorrente, em ambos os grupos. Não podemos afirmar que esses sujeitos não têm conhecimentos sobre a história e a cultura afro e afro brasileira, mas consideramos que no momento da entrevista, não apresentaram narrativas que marcassem seus discursos sobre fatos históricos, dados do Continente Africano, valorização de memórias e narrativas como registro histórico, dentre outros.

No que trata a respeito dos conhecimentos adquiridos ou construídos pelos entrevistados sobre os possíveis impactos da Lei na escola de educação básica, localizamos relatos comuns nas duas instituições: a existência do racismo e preconceitos na escola, a importância do combate do racismo e dos preconceitos na escola, e a falta de investimentos a respeito do tema na formação de professores.

O primeiro ponto que apareceu nas falas dos entrevistados das duas instituições foi o reconhecimento de que há racismo e/ou preconceito nas escolas. Os relatos trazem como possível impacto da Lei o combate e o debate sobre o racismo e preconceito nas salas de aula a partir do reconhecimento da importância da valorização da beleza negra, dos saberes, das diferenças e das culturas africanas no currículo. Com estes depoimentos, acreditamos que quando se busca o combate às práticas racistas, é preciso que se reconheça sua existência, como mecanismo estruturante das relações sociais, na escola e fora dela (SILVA, 2014, p. 65). Vimos estes relatos como ponto positivo, pois a partir deste reconhecimento há possibilidades de realização de um trabalho futuro, por eles desenvolvidos, que leve em conta a diversidade presente nas escolas.

Sobre o combate ao racismo e aos preconceitos na escola como possíveis impactos da Lei os estudantes chamaram atenção, em suas falas, sobre a necessidade de investimentos na formação de professores para viabilizar este impacto. Identificamos que os discursos de alguns entrevistados da instituição B são ampliados e enriquecem o debate sobre este item. Um estudante afirmou que a Lei tem como impacto colocar em evidência alguns privilégios de determinados grupos na sociedade. E como problemáticas que inviabilizam os impactos por eles mesmos identificados, citam a religião intervindo na implementação da Lei nas escolas, a partir de professores evangélicos que relutam em trabalhar com a história da África e a ausência de acompanhamento por parte da gestão da

escola na implementação da Lei.

A respeito dos conhecimentos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, questionamos sobre o reconhecimento dos seus objetivos e interrogamos se, em algum momento do curso, tiveram acesso ao documento. Embora na Instituição B os estudantes tenham uma disciplina obrigatória que trata em sua ementa sobre a Lei 10.639/2003, o documento que é fruto posterior para o trabalho de implementação, não é trabalhado no curso. Alguns estudantes fizeram especulações sobre seu objetivo e outros afirmaram que nem sabiam da sua existência.

A respeito da participação em eventos que tratam de relações raciais, os estudantes da Instituição A afirmaram que há eventos no *campus*, porém avaliaram que poucos participam já que os mesmos acontecem, em sua maioria, durante o dia. Segundo os depoimentos, grande parte dos estudantes do turno da noite trabalha durante o dia ou realiza algum tipo de atividade e por tal motivo não conseguem ter participação efetiva nos eventos da instituição. Diferentemente, nos relatos da Instituição B todos os estudantes afirmaram que participam dos eventos no *campus*, pois os mesmos acontecem no turno da noite. Destacamos o relato de um estudante que afirmou que os professores “liberam” as turmas para a participação nos eventos. Neste aspecto o diferencial é a oferta de eventos no horário noturno para que seja mais viável a participação dos estudantes, enriquecendo os conhecimentos sobre o tema das relações étnico raciais.

O último critério teve como referência a apresentação de dois casos de racismo que ocorreram no interior de duas escolas no Brasil. Ambos os casos relatavam o racismo praticado entre crianças do ensino fundamental. Os casos ocorreram em sala de aula e foram levados à direção da escola.

Os estudantes tiveram alguns minutos para ler os casos e fazer, em seguida, seus apontamentos de perspectivas e práticas de ações como professores da turma e/ou como gestores da escola. Os relatos trouxeram diversas propostas de práticas e refinamos os depoimentos encontrados nas falas dos estudantes de acordo com os pontos definidos na elaboração dos critérios de análise.

Exploraremos cada ponto a partir dos relatos dos estudantes da Pedagogia que fizeram parte da pesquisa:

a. suas posturas mediante os desafios encontrados em relação às questões das relações raciais que demonstrem a gerência mediante situações de racismo ou de preconceito racial vivenciados pelas crianças.

O relato de uma estudante da instituição A exhibe uma proposta de ação que demonstra sua não passividade no ocorrido. Ela indica que trataria do assunto no dia seguinte para poder planejar a atividade. A questão do planejamento é primordial, pois instrumentaliza e não deixa a ação imediata ser a solução do fato ocorrido. Dando continuidade, a estudante faria uma roda de conversa com as crianças sem anunciar que a aula era sobre “racismo”. Oportunizaria os depoimentos das crianças de forma a instigar a sua participação na discussão. A atividade provocaria a construção e a reconstrução de saberes pelas crianças participantes tendo como base os seus próprios pronunciamentos e os da professora, afirma a estudante. A postura da estudante mostra que sua ação ultrapassaria a conversa e o convencimento pelo respeito ao outro, apontados em alguns

relatos dos demais estudantes, provocando um momento de debate entre as próprias crianças e a professora. Com esta provocação da professora, a escola é vista como uma instituição em que aprendemos e compartilhamos não só conteúdos e saberes escolares, mas também, valores, crenças e hábitos, assim como preconceitos raciais, de gênero, de classe e de idade (GOMES, 2003, p. 170). A atividade de roda de conversa pode provocar o compartilhamento de ideias e de saberes contribuindo para a construção de novos conhecimentos. Concluímos que o que pode parecer uma simples opinião ou um mero julgamento estético como as palavras direcionadas à criança, revela a existência de uma tensão racial, fruto do racismo ambíguo e do ideal do branqueamento desenvolvidos no Brasil. Essas questões deveriam ser consideradas com mais seriedade pelos educadores e pelas educadoras (GOMES, 2003, p. 177).

Uma estudante da instituição B mostra que o trato do tema do racismo não pode ser visto como algo isolado, vindo de uma determinada criança, mas sim que é um reflexo da sociedade em que estamos inseridos. Afirma que como gestora, discutiria o tema com toda escola.

Reforçamos que a nossa história é marcada pelo racismo. Constatamos isso desde a chegada dos portugueses no século XVI, até o século XX, na pós-abolição, a ideia de inferioridade de algumas raças e da superioridade de outras foi propagada através de discursos “de verdades” construídas, que permeiam as diversas camadas sociais e se naturalizam no tempo.

Consideramos que quando o caso de racismo passa a ser visto como uma fala isolada de uma criança em relação à outra, desprezamos o contexto histórico no qual elas estão inseridas. A estudante traz um olhar contrário a esse posicionamento ao fazer tal afirmação. Com este posicionamento, explorar o tema na escola pode colaborar para que as crianças sejam multiplicadoras e que levem para os outros espaços nos quais participam novas versões, pensamentos, fatos e saberes sobre a realidade na qual estamos inseridos, a partir da discussão sobre o racismo, provocando inclusive novas reflexões sobre nossa construção histórica.

b) ações práticas que trabalhem questões raciais como a realização de seminários, o uso da literatura negra, jogos, músicas e outros recursos diversificados que explorem o tema.

Uma estudante da instituição B traz como ação de gestora, a realização de um trabalho com os alunos e com os professores na busca pelo estudo sobre o tema das relações étnico raciais. Afirma que a punição, postura muito comum nas escolas, não traz resultados positivos por ser uma atitude imediata. Traz a tona o questionamento sobre a aplicação da Lei 10.639/2003 para além do dia 20 de novembro. Sugere a realização de seminários com os alunos e de proposta de estudo com os professores. Analisamos que seu relato dá ênfase a pesquisa. A estudante fez parte do grupo de pesquisa da instituição B e talvez, por tal envolvimento, traz em seu discurso o viés da pesquisa como mecanismo de ação no trato da questão. Entendemos, assim como Canen (2008) que a pesquisa multicultural presente na formação de professores com o objetivo de gerar discussões que vão além dos conteúdos, mas que mergulhe no contexto cultural em que são produzidos, pode ser um caminho para o trabalho com o tema do racismo. Entrelaçando respostas, julgamos que o estudo sobre o racismo a ser realizado na própria escola com as crianças

e com os professores pode ser um encaminhamento para pensar o trabalho em sala de aula na educação básica focado na pesquisa, incorporando atitudes que contribuam para o entendimento sobre o que é o racismo e o aprofundamento das discussões entre os pares.

A estudante da instituição B também aponta como proposta de trabalho como professora da turma onde ocorreu o fato, a ênfase na contribuição com a auto estima quanto à identidade brasileira. Estipula como ação fazer um trabalho com a transversalidade do currículo a partir da contação de histórias e de fatos interessantes sobre a África. Quando a Lei 10.639/2003 trata da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura da África e afro brasileira nas escolas, a proposta é trazer dados, pesquisas, leituras sobre a África, viabilizando que as crianças aprendam sobre uma história que é negligenciada no currículo escolar. A visão da estudante demonstra que sua postura é trabalhar com estes itens na busca pela valorização da identidade afro brasileira, conforme afirma Gomes (2012, p.24) quando diz que a adoção da Lei e sua concretização em práticas pedagógicas baseadas na educação para (e na) diversidade demandam a reorganização desse lócus numa perspectiva emancipatória, a revisão da cultura escolar, de currículos e de práticas pedagógicas.

Uma estudante, também da instituição A, avalia que o trato com o racismo perpassa pela problematização com as crianças. Considera que para isso é preciso um trabalho com música, jogos e o uso de uma literatura diferenciada. Concordamos com o estudante, pois os recursos devem privilegiar um novo retrato da população negra que provoque a reflexão sobre a construção da identidade, além de compreender que esta construção parte de um posicionamento político e histórico-cultural e não de uma questão estética. Há diversos conhecimentos produzidos pela humanidade que ainda estão ausentes nos currículos e na formação dos professores, como, por exemplo, o conhecimento produzido pela comunidade negra ao longo da luta pela superação do racismo. É urgente incorporar esses conhecimentos que versam sobre a produção histórica das diferenças e das desigualdades para superar tratos escolares românticos sobre a diversidade (GOMES, 2007, p. 25). O estudante não expande seu relato revelando como faria este trabalho, deixando lacunas, mas avaliamos como positivo o reconhecimento do uso da literatura negra em sala de aula como uma estratégia para lidar com a questão.

c) o diálogo com as famílias no viés da colaboração na luta contra o racismo e o preconceito racial.

O diálogo com as famílias apareceu em quatro relatos de estudantes da instituição A e em um relato de estudante da instituição B. As falas mostram que não há transparência à construção colaborativa do conhecimento sobre o racismo junto às famílias, mas sim uma culpabilização da família pela fala da criança. Culpar as famílias e assumir de antemão que o “problema” está nelas pode ser um entrave para os avanços em relação ao desenvolvimento de um trabalho conjunto. Nossa discussão será a reflexão da postura indicada pelos entrevistados.

O estabelecimento legal do cumprimento da Lei está previsto nas DCN e as práticas de colaboração estão presentes como exigência. Identificamos que pensar a ação pedagógica com tal característica dirige para a ação e a intervenção social e seus resultados poderão contribuir para a realização de ações, atividades, projetos, programas, avaliação, posturas pedagógicas avançadas e emancipatórias, que deveriam acontecer nas escolas (GOMES, 2012, p. 32). O trabalho com os pais/responsáveis pode ser desenvolvido de

forma a (re) construção de produção de saberes e a provocação da reflexão a respeito das representações construídas em nossa sociedade sobre ser uma pessoa negra. Além disso, as formas como tais representações se misturam com situações de racismo e preconceito racial pode ser um caminho de diálogo e de colaboração entre a comunidade a qual a escola serve, conforme dita as DCN. A implementação da Lei 10.639/2003 depende também da articulação da escola com as famílias no sentido de elaborarem juntas, as propostas de ações em busca de mudanças nas práticas, nas falas e nos pensamentos, contravertendo os relatos dos estudantes.

d) ações que articulem e mobilizem a elaboração de um currículo que abarque o tema das relações raciais de acordo com as exigências legais.

Uma estudante da instituição A considera que é preciso ‘buscar’ o Projeto Pedagógico da escola, o que revela uma posição positiva no trato da questão já que o projeto é o documento norteador das ações escolares. A estudante afirma que trataria o assunto por um mês. A reflexão que traçamos a partir destas ponderações é que o grande desafio da escola é investir na superação da discriminação e dar a conhecer a riqueza representada pela diversidade étnico cultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade. Nesse sentido, a escola deve ser local de diálogo, de aprender a conviver, vivenciando a própria cultura e respeitando as diferentes formas de expressão cultural. (Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental, 2000, p. 32), porém esse desafio não deve se limitar a um determinado período do ano ou prever a realização de propostas por um mês, mas sim serem constantes e contínuas, previstas, inclusive no PPP da escola. A estudante compreendeu que o PPP precisa ser revisitado para abrigar a questão do racismo, mas não incorporou em seu discurso, a promoção de ações indo além de um período específico.

Duas estudantes contribuem afirmando a necessidade de intervenção e de integração do tema ao currículo escolar. Outra estudante considera que é necessário que a equipe técnica pedagógica faça um projeto e mexa no currículo, outra diz que é preciso fazer um trabalho com a transversalidade do currículo e por fim a terceira estudante indica que a escola não está debatendo o tema. Os relatos demonstram a necessidade de interferir no currículo para que a lei não seja mais um marco normativo sem efeito prático, mas que, ao contrário, promova uma educação democrática. Em outras palavras, de acordo com as DCN (2004) aos estabelecimentos de ensino está sendo atribuída responsabilidade de acabar com o modo falso e reduzido de tratar a contribuição dos africanos escravizados e de seus descendentes para a construção da nação brasileira; de fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas. Sem dúvida, assumir estas responsabilidades implica compromisso com o entorno sociocultural da escola, da comunidade onde esta se encontra e a que serve, compromisso com a formação de cidadãos atuantes e democráticos, capazes de compreender as relações sociais e étnico-raciais de que participam e ajudam a manter e/ou a reelaborar, capazes de decodificar palavras, fatos e situações a partir de diferentes perspectivas, de desempenhar-se em áreas de competências que lhes permitam continuar e aprofundar estudos em diferentes níveis de formação (BRASIL, 2004, p. 18). A superação de ações pontuais demonstrada nas falas citadas busca a conexão da exigência legal com a realidade escolar.

Identificamos que os relatos dos entrevistados de ambas as instituições não transpareceram ações efetivas no trato da alteração do currículo, conforme exige a Lei 10.639/2003, sendo esta apontada por apenas cinco estudantes no total dos dezesseis entrevistados.

A educação das relações étnico raciais e o estudo de história e cultura afro-brasileira e história e cultura africana deve ser desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 01/2004. (BRASIL, 2004, p. 32). O trabalho não é simples e necessita de uma orquestra entre os envolvidos ao acesso e debate sobre como elaborar e definir as práticas pedagógicas a partir dos documentos norteadores que visam a implementação da Lei.

As perspectivas e práticas de combate ao racismo na escola devem provocar condições de ensino e de debate sobre o tema de forma a não reforçar estereótipos construídos historicamente. Estereótipos estes que contribuem para excluir, discriminar e segregar crianças negras. É fato que as experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória. (GOMES, 2003, p. 176). Mediante essa afirmação, os futuros professores devem estar atentos, preparados e confiantes de seu papel no combate ao racismo e ter a clareza que este é um caminho a ser construído a muitas mãos e com colaboração, entendendo que a escola é um dos lugares de construção de identidade.

4 | CONCLUSÕES

Como conclusões da pesquisa, identificamos, a partir dos relatos dos estudantes, que a ementa da disciplina obrigatória ofertada na Instituição B é um mecanismo valioso para o debate sobre a Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos, porém ainda é necessário avançar nos conteúdos, nos debates e nas aprendizagens sobre o tema, pois na análise comparada aos discursos dos estudantes da Instituição A, cujo currículo não prevê tal obrigatoriedade, não localizamos diferenças significativas nos seus discursos sobre os conhecimentos adquiridos.

As respostas dadas nas entrevistas realizadas com os dezesseis estudantes que se prontificaram a colaborar com o debate, indicam outras variáveis, além da oferta de uma disciplina. A realização de eventos, a presença de um grupo de pesquisa que trata das relações raciais e a participação em espaços diversificados como congressos, feiras e palestras que focam no tema das relações étnico raciais foram analisadas como meios de acesso a aprendizagens sobre o tema e que na nossa avaliação, podem e devem ser ampliadas.

Apontamos que há um desconhecimento generalizado entre os entrevistados sobre o PNDCN, como documento que tem como um de seus objetivos a institucionalização da implementação da educação das relações raciais, maximizando a atuação dos diferentes atores por meio da compreensão e do cumprimento das Lei 10.639/2003.

A realidade de discriminação racial presente nas escolas e a dificuldade que os

estudantes da Pedagogia têm em lidar com ela, a partir de um trabalho efetivo de alteração de currículo, mostra o quanto a formação de professores deve provocar a discussão curricular. A revisitação de ações da própria escola como o debate sobre o PPP e a mudança curricular, foram respostas pouco apresentadas pelos estudantes.

Recomendamos que haja pelo menos uma disciplina de caráter obrigatório em todos os cursos de Pedagogia como forma de possibilitar aprendizagens sobre a Lei 10.639/2003 com vista a instrumentalizar os futuros professores da educação básica. Quando a disciplina não é ofertada, a instituição nega a seus estudantes, o direito de a debater sobre o tema das relações raciais, tirando dos futuros professores, o acesso às ferramentas necessárias para atuação na escola de educação básica, quando estes estiverem atuando. Porém a oferta da disciplina precisa estar articulada com outras ações para que os discursos dos futuros professores sejam mais elaborados e suas práticas mais eficazes no trato da Lei.

REFERÊNCIAS

Barbosa, J. B. G., & Silva (2001). **F. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva.** Revista Direito Federal – Revista da Associação dos Juizes Federais do Brasil. Série cadernos do CEJ. nº 64.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB Lei nº 9394/96.

_____. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003.** Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

Canen, A. (2008). **A pesquisa multicultural como eixo na formação docente: potenciais para a discussão da diversidade e das diferenças.** Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, jun.

Canen, A., & Xavier, G. (2005). **Multiculturalismo, pesquisa e formação de professores: o caso das Diretrizes Curriculares para a Formação Docente.** Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, set.

Gomes, N. L. **Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça.** Educ. Soc. Campinas, v. 33, n. 120, pp. 727-744, jul-set 2012.

_____. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

_____. **Indagações sobre currículo : diversidade e currículo / [Nilma Lino Gomes] ; organização do documento Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.**

Gonçalves, L. A. O., & Silva, P. (2000). **Movimento negro e educação.** Rev. Bras. Educ. [online].n.15, pp. 134-158. ISSN 1413-2478.

Munanga, K., & Gomes, N. (2008). **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global.

Sacristan, J. G. (2000). **O currículo: uma reflexão sobre a prática.** 3ª ed. São Paulo: Artmed.

Silva, G. O. (2013). **Arcabouço jurídico normativo pedagógico da Lei Federal nº 10.639/2003 na Universidade Federal de Uberlândia: avanços e limites**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.

Silva, F. T. S. (2014). **Educação das Relações Étnico-Raciais Negras no currículo da Formação de Professores**. Periódico Científico Projeção e Docência, vol. 5, nº 1.

Teixeira, M. A. S. B. (1992). **Resgatando a minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros**. Dissertação de Mestrado em Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, São Paulo, Brasil.

ÍNDICE

A

Aluno 19, 20, 22, 23, 25, 77, 92

Antropologia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 68, 112

B

Bem-Estar Docente 28, 29

C

Comunidade 14, 16, 17, 18, 39, 43, 46, 72, 73, 90, 91, 94, 103, 106, 108, 109, 122, 125, 127, 128

Conhecimentos Artesanais 103, 106, 110

Conselho 13, 18, 67, 89, 122, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133

Conselho Escolar 13, 14, 15, 16, 17, 18

Currículo 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 114, 115, 118, 120

D

Dança 48, 49, 50, 51, 52, 53

E

Educação 13, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 62, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 94, 95, 96, 102, 103, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134

Ensino Formal/Informal 48

Epistemologia Política 114, 115

Escola 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 42, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 77, 78, 84, 86, 87, 92, 93, 94, 107, 131, 132

Estado do Conhecimento 28, 29, 38

Estágio Supervisionado 13, 17, 18

F

Feminismo 54, 55, 60, 61, 63, 64

Filosofia 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 54, 55

Formação Continuada 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27

Formação Docente 34, 65, 75

G

Gênero 46, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 66, 71, 124

Gestão Democrática 13, 14, 15, 16, 17, 18

I

Imaginação 97, 98, 99, 100, 101, 102

Infância 25, 97, 98, 101, 102, 107, 108, 109

L

Lei 10.639/2003 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75

Leitura 52, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 91, 92, 95, 98

Lutas 62, 66, 103, 104, 106, 109, 110, 124, 128, 129, 130, 132

M

Mal-Estar Docente 26, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37

Memória 48, 49, 50, 52, 53, 74, 80, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 100, 106, 109, 110, 123

Movimentos Sociais Negros 122

Mulheres 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 106, 109, 111

Museu 29, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

N

Neuropsicopedagogia 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27

O

Objeto Museal 86, 91, 92, 93

P

Participação Social 122, 124

Pedagogia 18, 19, 20, 22, 23, 24, 39, 42, 45, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 77, 91, 95, 97, 103, 106, 107, 109, 110, 112

Pesquisa 15, 17, 18, 22, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 48, 51, 52, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 79, 82, 83, 84, 86, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 103, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 122, 126, 129, 131, 132

Políticas Educacionais 114, 115, 116, 117, 119, 120

Professor 20, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 66, 69, 77, 87, 95, 102, 115, 118, 119, 120

Projeto de Intervenção 13, 15, 17

Psicopedagogia 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27

Q

Quilombolas 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

R

Representações Sociais 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85

S

Sexismo 54

Stephen J. Ball 114, 115, 116, 120, 121

T

Teoria Histórico-Cultural 97, 98, 102

Trabalho Docente 28, 30, 31, 38

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

SABERES TRADICIONAIS E CONHECIMENTOS CIENTÍFICOS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 